

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Jéssica Fátima Ferreira Souza

**O IMPACTO DA ISLAMOFOBIA: DESAFIO DAS MULHERES MUÇULMANAS NO MERCADO DE
TRABALHO**

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso).
Orientador: Célia da Graça Arribas

Juiz de Fora
2024

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, **Jéssica Fátima Ferreira Souza**, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 201972115A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **O impacto da islamofobia: desafio das mulheres muçulmanas no mercado de trabalho**, desenvolvido durante o período de 09/03/2024 a 27/09/2024 sob a orientação de Célia da Graça Arribas, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, ____ de _____ de _____.

Marcar abaixo, caso se aplique:

Solicito aguardar o período de () 1 ano, ou () 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

OBSERVAÇÃO: esta declaração deve ser preenchida, impressa e **assinada** pelo aluno autor do TCC e inserido após a capa da versão final impressa do TCC a ser entregue na Coordenação do Bacharelado Interdisciplinar de Ciências Humanas.

O IMPACTO DA ISLAMOFOBIA: DESAFIO DAS MULHERES MUÇULMANAS NO MERCADO DE TRABALHO

Jéssica Fatima Ferreira Souza¹

RESUMO

Este artigo explora as manifestações da islamofobia no Brasil, com foco nas experiências das mulheres muçulmanas. Através de uma abordagem que combinando revisão de literatura, análise de dados estatísticos e estudos de caso para explorar a problemática, a pesquisa analisa as origens do preconceito relacionado à religião islâmica e os fatores externos que intensificam a discriminação. O estudo destaca casos de constrangimentos, agressões físicas e psicológicas enfrentadas por essas mulheres, especialmente no mercado de trabalho. Além de investigar as raízes do preconceito, o trabalho busca desconstruir estereótipos, oferecendo um espaço de reflexão e voz às muçulmanas brasileiras

PALAVRAS-CHAVE: Islã. Mulheres muçulmanas. Islamofobia. Mercado de trabalho. Intolerância religiosa.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo analisar o preconceito ligado à religião islâmica e como ele interfere na vida das mulheres muçulmanas no mercado de trabalho no Brasil. Especificamente, busca-se explorar as dificuldades enfrentadas por essas mulheres ao tentar ingressar e se manter no mercado de trabalho, investigando as taxas de intolerância religiosa e as motivações que levam à discriminação. Além disso, o trabalho também examina o impacto psicológico e social que o preconceito gera nas mulheres muçulmanas.

A escolha desse tema surgiu a partir de uma experiência pessoal em 2019, durante uma entrevista em uma mesquita em Juiz de Fora, quando o contato com mulheres muçulmanas revelou as barreiras que enfrentam no mercado de trabalho e foi a motivação para explorar mais profundamente o tema. A partir dessa experiência, o artigo aborda o fenômeno da islamofobia no Brasil, considerando que as diferenças são grandes potenciais a tensão, incompreensão e discriminação dando ênfase às perspectivas de gênero e aos estereótipos que contribuem para isso. O estudo se justifica pela relevância social, econômica e cultural do tema, considerando o Brasil que mesmo se tratando de um país com uma grande diversidade cultural, infelizmente ainda é possível enxergar nele a dificuldade de aceitação de diferentes culturas, junto disso, vem a necessidade de desconstruir preconceitos e dar visibilidade às vivências das mulheres muçulmanas.

Metodologicamente, a pesquisa utiliza uma abordagem que combina revisão de literatura, análise de dados estatísticos e estudos de caso para explorar a problemática. As hipóteses centrais sugerem que o desconhecimento sobre o Islã e a propagação midiática de estereótipos negativos são fatores que perpetuam a islamofobia, impactando diretamente a vida das mulheres muçulmanas no ambiente de trabalho.

O artigo está organizado em quatro seções: a primeira apresenta o contexto histórico e social da islamofobia; a segunda discute os estereótipos e sua propagação; a terceira aborda o impacto específico na vida das mulheres muçulmanas no Brasil; e a última seção traz considerações finais sobre a necessidade de políticas inclusivas e conscientização social para combater a discriminação religiosa. Para tanto, foram feitas leituras de artigos e redes de noticiários para tentar responder e compreender estas questões.

¹ Graduanda em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientadora: Prof.ª Dr.ª Célia da Graça Arribas.

2. ISLAMOFOBIA

O conflito entre os povos e outros fatores globais faz com que as pessoas que estão insatisfeitas com seus países saiam à procura de oportunidades melhores, isso faz com que as pessoas estejam em constante contato com indivíduos de outros países, logo em contato com diferentes culturas. Porém, alguns desses contatos acabam sendo mais difíceis, tensos e carregados de preconceitos. As pessoas que seguem a religião islâmica vêm sofrendo nos últimos anos uma série de ataques e discriminações, que se intensificaram com o episódio de 11 de setembro em 2001, onde ocorreram quatro ataques contra o Estados Unidos (EUA) em que terroristas sequestraram aviões comerciais que foram conduzidos por eles. Dois desses aviões colidiram intencionalmente contra as torres gêmeas do World Trade Center, e um contra o Pentágono, a sede do Departamento de Defesa dos Estados Unidos. O último acabou caindo em campo aberto próximo a Shanksville, ocasionando em muitas mortes e pessoas feridas.

A organização terrorista por trás desses ataques se trata de Al-Qaeda, criada por Osama Bin Laden, contando com radicais e militantes islâmicos, sobretudo, esses ataques alimentaram uma onda anti-islã tornando ainda mais difícil o convívio pacífico, já que informações repletas de discriminação contra a fé dos muçulmanos começaram a se espalhar, tornando-se pontos debatidos entre políticos e chefes de Estado, e amplamente divulgados pelas mídias internacionais que acabou se alastrando também pelo Brasil. Esses ataques acabaram gerando um sentimento hostil que muitos carregaram mesmo anos após o atentado, essa hostilidade pode ser definida como uma espécie de “medo do islã”, resultando em problemas de adaptação migratória causada por este sentimento e sendo esse uma das motivações que gera tanto preconceito contra o islamismo.

Para entender melhor este sentimento hostil que começou a crescer contra todos os muçulmanos é importante entender que os muçulmanos são pessoas que seguem a religião islâmica. O islamismo surgiu no século VII, na Península Arábica, com as revelações recebidas por Maomé (Muhammad) e registradas no Alcorão, o livro sagrado dos muçulmanos. A religião se espalhou rapidamente e, após a morte de Maomé, surgiu uma divisão entre os seguidores sobre a sucessão de liderança. Os sunitas acreditam que o sucessor deveria ser eleito pela comunidade, enquanto os xiitas defendem que o sucessor deveria ser um descendente direto de Maomé, como Ali, seu genro. Essa divisão ainda persiste e caracteriza as duas principais vertentes do islamismo. O ponto em questão é que a Al-Qaeda é uma organização terrorista, fundada por Osama bin Laden no final dos anos 1980, durante a guerra soviético-afegã, com o objetivo de combater a ocupação soviética e, posteriormente, espalhar uma ideologia jihadista global. A Al-Qaeda é responsável por vários atentados terroristas, sendo o mais notório o ataque de 11 de setembro de 2001 nos EUA. A organização defende uma visão extremista do Islã e busca instaurar um califado islâmico. Mesmo após a morte de Bin Laden em 2011, a Al-Qaeda continua ativa em várias regiões. A ideologia jihadista refere-se a uma interpretação extremista do conceito islâmico de "jihad," que significa "esforço" ou "luta". Enquanto o termo tem significados espirituais e pacíficos no Islã, grupos jihadistas o reinterpretam como uma luta violenta e armada para proteger ou expandir territórios islâmicos, combater inimigos do Islã e estabelecer um califado baseado em uma interpretação estrita da sharia (lei islâmica). Essa ideologia é promovida por grupos como a Al-Qaeda e o Estado Islâmico, que defendem o uso da violência para atingir esses objetivos.

A generalização negativa em relação à população islâmica no Brasil, particularmente às mulheres, agrava as dificuldades já enfrentadas por imigrantes no mercado de trabalho. O preconceito, amplificado por estereótipos, não apenas afeta diretamente sua inserção profissional, mas também causa constrangimentos cotidianos, interferindo em sua vida social e psicológica. Além disso, a discriminação não se limita aos imigrantes, mas também afeta as comunidades islâmicas que já vivem no país. A situação das mulheres islâmicas é particularmente destacada, uma vez que enfrentam múltiplas camadas de exclusão, relacionadas tanto à religião quanto ao gênero. Esse fenômeno evidencia a importância de políticas de inclusão que combatam esses preconceitos e promovam a equidade no ambiente de trabalho e na sociedade.

3. ESTEREÓTIPOS E SUA PROPAGAÇÃO

Embora a Constituição brasileira assegure igualdade a todos, a diversidade cultural, combinada com informações distorcidas, cria barreiras difíceis de superar. No contexto social, a convivência entre diferentes identidades é essencial, mas discursos que associam o islamismo à violência, extremismo e terrorismo, amplamente disseminados pelas mídias, geram desafios. Esses discursos reforçam a islamofobia, associando muçulmanos ao Estado Islâmico e rotulando a fé islâmica como ameaçadora. Com a cobertura midiática

nacional e internacional focada em ações violentas de grupos minoritários, a generalização prejudica a comunidade islâmica, marginalizando-a no mercado de trabalho e na vida cotidiana.

“O estudo de Pole (2002) mostra que a presença de cobertura midiática em torno de questões da religião islâmica e de pessoas muçulmanas nos jornais britânicos cresceu 270%, sendo que 91% dessas publicações apresentam teor negativo, contribuindo para a estigmatização do grupo em questão, fomentando discursos islamofóbicos que retratam muçulmanos ou a religião islâmica como ameaças.” (Macedo; Barbosa, 2021, p. 156)

A representação midiática desempenha um papel crucial nesse processo com narrativas descontextualizadas e sensacionalistas, que alimentam o medo e o preconceito, contribuindo para a islamofobia e para a marginalização contínua dessa população. Os meios de comunicação nacionais e globais têm impactos na política e na ideologia do cidadão, influenciando o olhar sobre o outro, enfraquecendo e diminuindo o valor cultural que o islã carrega. O Islã se encontra em um ponto crítico, onde se cruzam antigas tensões entre muçulmanos tradicionais, grupos fundamentalistas reorganizados e diversas ramificações que, utilizando a fé islâmica como base, os grupos fundamentalistas buscam unir seguidores e promover atos violentos contra o que identificam como "Ocidente" e outros símbolos associados a essa cultura. Essas facções se apropriam dos ensinamentos religiosos para justificar sua oposição ao que consideram ameaças externas, agravando ainda mais os conflitos entre diferentes interpretações e manifestações do Islã.

Ao formular um posicionamento sobre uma outra cultura e direcionar o olhar da população através da mídia de que em sua essência o fundamentalismo e o islã se trata da mesma coisa, influencia-se o pensamento das pessoas através de declarações extravagantes e irresponsáveis, resultando em um povo propagando uma visão e rotulando a religião como algo negativo, penetrando no imaginário da sociedade. A pesquisadora Ana Virginia Borges Queiroz identificou em seu estudo maneiras em que a revista VEJA aborda o mundo islâmico, considerando que esta revista é formadora de opiniões, lida por boa parte da população brasileira. A autora percebe que a revista VEJA faz uso de palavras pejorativas e preconceituosas e além disso não tenta diferenciar os cidadãos muçulmanos comuns dos terroristas a partir de termos como “fanáticos do islã” ou “sociedade dos turbantes” e na seguinte citação abordada pela autora é possível perceber termos pejorativos em outro trecho da revista: “Nesse universo de turbantes, instalou-se uma síndrome depressiva, provocada pelo atrito entre um passado de glórias e um presente de fracassos” (QUEIROZ, 2005, p.03).

Nos últimos anos, tem havido um aumento significativo no número de estudos sobre a comunidade muçulmana no Brasil. Pesquisadores/as brasileiros/as, por meio de observações participantes, investigações etnográficas e entrevistas aprofundadas, têm ampliado o conhecimento sobre os variados aspectos da vida social dos muçulmanos em um contexto onde representam uma minoria (BARBOSA, 2022; PAIVA e BARBOSA, 2022 e 2024; CASTRO e VILELA, 2019; QUEIROZ, 2005; MONTENEGRO, 2002).

“Em 2010, o número total de muçulmanos no Brasil é de 35.166 pessoas (representando um percentual de 0,02% do total da população residente no país). Esse número é inexpressivo, comparado a outras religiões, principalmente as cristãs (por exemplo, 123.280.172 pessoas professam a religião Católica Apostólica Romana) e até mesmo outras menos representativas no país, tais como o budismo (com 243.966 seguidores) e o judaísmo (com um total de 107.329 adeptos) (...) Isso explica em parte a “invisibilidade” do grupo para os estudiosos de religião.” (CASTRO e VILELA, 2019, p. 178).

Essas pesquisas têm sido fundamentais para revelar as dinâmicas culturais, religiosas e sociais que moldam a experiência dos muçulmanos no país, oferecendo uma visão mais detalhada sobre como eles se integram e interagem dentro da sociedade brasileira. Castro e Vilela (2019), por exemplo, têm como foco analisar o perfil socioeconômico e demográfico dos muçulmanos no Brasil, usando dados do Censo Demográfico de 2010. As autoras revisam a história da presença muçulmana no país, abordando o tráfico negreiro, imigração árabe e conversões. Em seguida, examinam variáveis como país de nascimento, sexo, idade, educação, renda e endogamia para traçar esse perfil. O artigo termina com uma reflexão sobre a relação entre esses dados e a manutenção da religiosidade islâmica no Brasil.

Destaco ser fundamental olhar para os dados da pesquisa sobre islamofobia no Brasil para que a mídia e a sociedade possam compreender não mais de forma errônea e generalizada o que é a religião e o que

passam as mulheres muçulmanas e o estigma que muitas vezes elas carregam por informações imprudentes e irresponsáveis, sem que isso seja devidamente questionado.

Um aspecto crucial nesse processo é reconhecer que as mulheres muçulmanas, muitas vezes identificadas de maneira imediata como adeptas do Islã devido ao uso do hijab ou véu islâmico, vestimenta que cobre o cabelo, as orelhas e o pescoço, tornam-se alvos mais visíveis e, conseqüentemente, mais suscetíveis a atos de violência e discriminação, que muitas vezes ocorrem no mercado de trabalho.

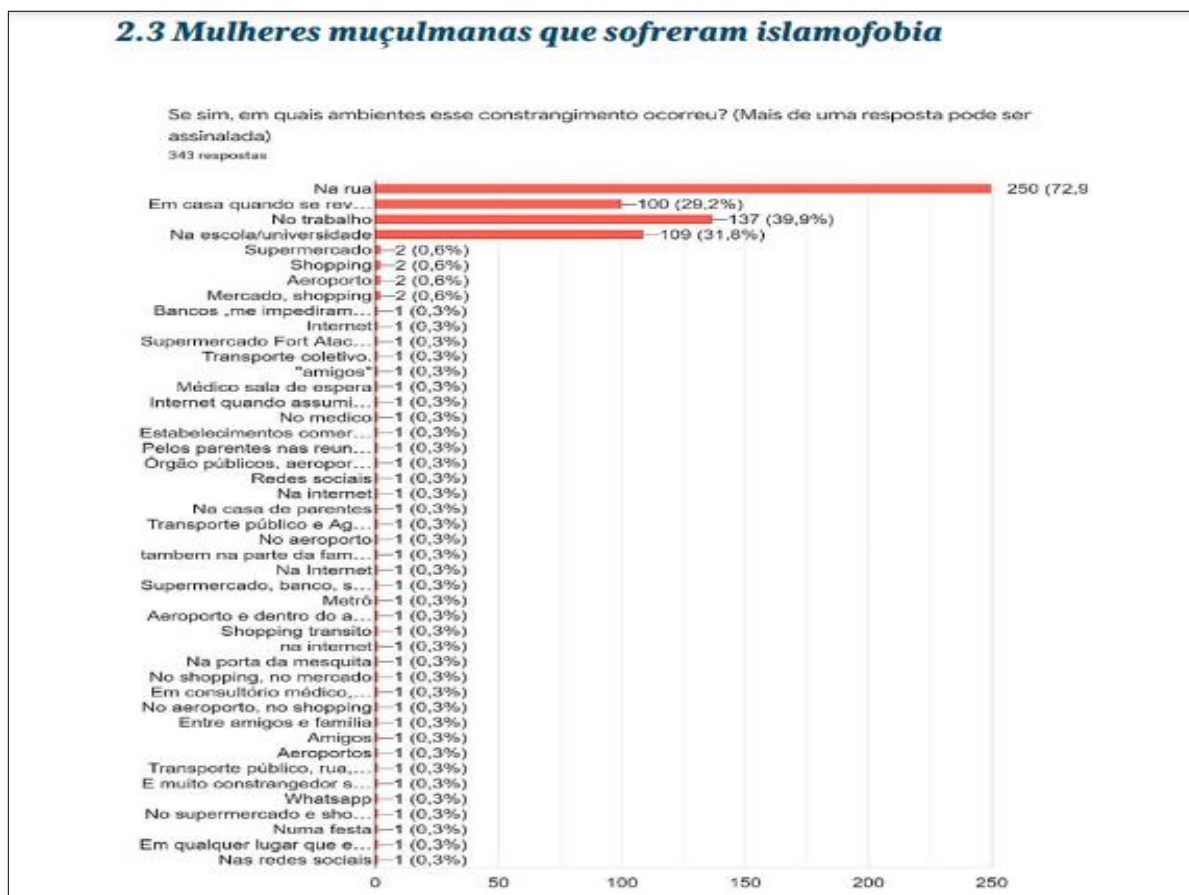
4. O IMPACTO DA ISLAMOFOBIA

Em uma pesquisa divulgada pelo Jornal da USP, pesquisadores da USP apresentam o primeiro relatório sobre islamofobia no Brasil, relatório este que foi feito com o intuito de compreender o fenômeno da islamofobia e problematizar o pensamento que vem colocando o muçulmano como terrorista, a mulher muçulmana como oprimida. O relatório é fruto de anos de pesquisa sob a coordenação da professora Francirosy Campos Barbosa, contando com questionários e relatos de homens e mulheres muçulmanos que sentem através da islamofobia o modo como o mundo os/as percebe.

Publicado pela Editora Ambigrama no formato de e-book gratuito, o relatório apresenta capítulos dedicados à análise das experiências de homens e mulheres muçulmanas, tanto nascidos na fé quanto convertidos. A pesquisa envolveu 653 muçulmanos, que responderam a um questionário on-line e compartilharam suas vivências relacionadas à islamofobia no Brasil. Entre os respondentes, as mulheres representaram a maioria, correspondendo a 68% do total, e foram também as que mais relataram episódios de islamofobia. As situações descritas pelos participantes oferecem valiosos insights e hipóteses a serem trabalhadas e observadas. As mulheres narram agressões físicas, sexualização, perda de oportunidades de trabalho ou até mesmo trabalhar em condições que consideram desconfortáveis por necessidade; em algumas situações as mulheres preferem não utilizar o hijab de modo a evitar o desenvolvimento de transtornos psicológicos, devido aos constrangimentos causados pelo preconceito religioso.

O constrangimento religioso é registrado por 83,2% das participantes, e em uma tabela divulgada na página 63 do relatório é abordado sobre quais ambientes as mulheres muçulmanas sofreram algum tipo de discriminação, contando com 343 respostas, sobretudo 137 delas, ou seja, 39,9% (Gráfico 1) afirmam já terem tido problemas no trabalho.

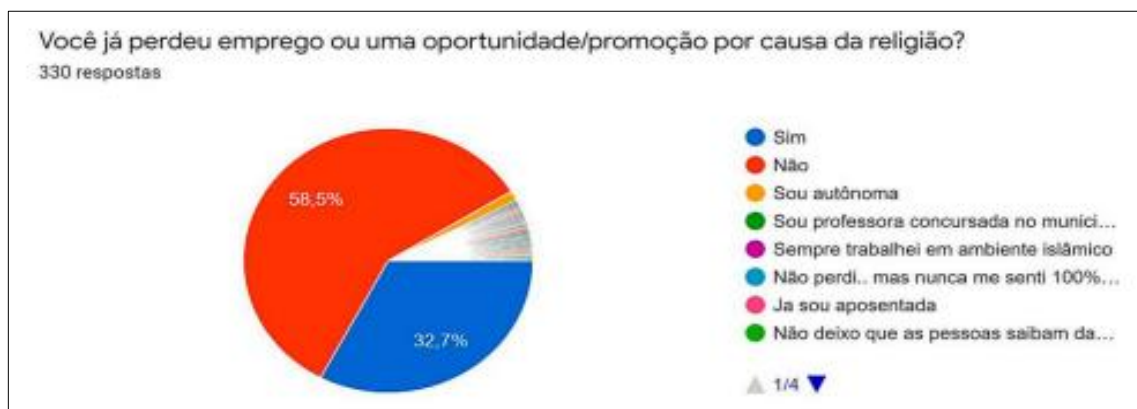
Gráfico 1 – Locais de atos islamofóbicos sofridos por mulheres (2022)



Fonte: I Relatório de Islamofobia no Brasil, 2022

Um pouco mais adiante, considerando os relatos que foram dados pelas respondentes da pesquisa, é possível encontrar casos de agressões no ambiente de trabalho relacionadas ao uso do véu, agressão verbal e assédio sexual. Em um caso contado por uma das respondentes ela diz “outro professor na escola em que trabalho me desmoralizou como feminista e mulher independente por ser muçulmana, debochou das minhas origens e me chamou de mulher-bomba, na frente dos meus alunos” (I Relatório de Islamofobia no Brasil, 2022, p.67). Em outro caso a respondente diz “Já perdi vagas de emprego por uso do hijab, e lembro que uma vez o gerente, que era responsável pelas lojas onde eu trabalhava, fez minha chefe solicitar que eu retirasse o hijab para trabalhar” (I Relatório de Islamofobia no Brasil, 2022, p.67). Em um caso envolvendo assédio sexual, uma outra respondente conta que no lugar em que ela trabalhava um homem desconhecido fez propostas sexuais para ela alegando ser um “fetiche” dele. No decorrer do relatório é possível encontrar outros relatos de mulheres que não conseguiram emprego por ser um critério a retirada do Hijab e as que conseguem, sofrem com a discriminação implícita por causa da religião. O gráfico abaixo (Gráfico 2) conta com 330 respondentes onde 32,7% delas em algum momento da vida já perdeu o emprego por seus empregadores considerarem sua religião. Logo após (Gráfico 3) outra questão contando com 317 respondentes onde 29% alega que seus colegas de trabalho a tratam com reservas por conta da religião e ainda há uma porcentagem menor a ser considerada que é maltratada por conta da religião.

Gráfico 2 – Relação entre emprego e religião (2022)



Fonte: I Relatório de Islamofobia no Brasil, 2022

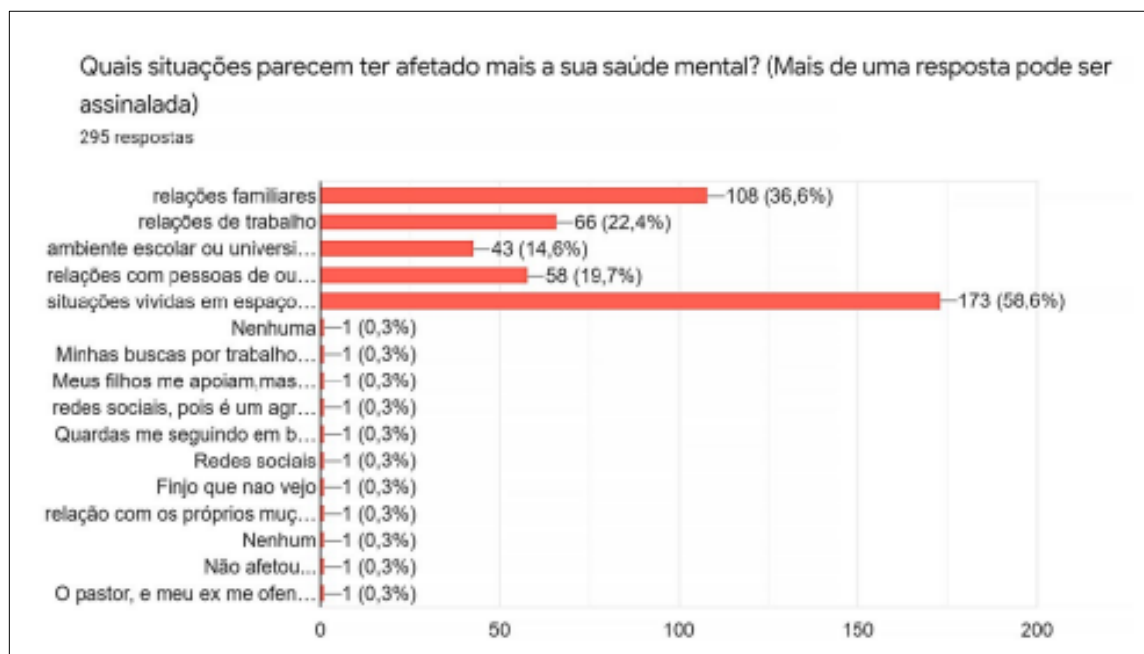
Gráfico 3 – Percepções de mulheres nos locais de emprego (2022)



Fonte: I Relatório de Islamofobia no Brasil, 2022

Ainda considerando as informações do relatório de islamofobia no Brasil, a pesquisa demonstra que as situações de violência na vida das mulheres muçulmanas geraram uma repercussão negativa e uma série de sentimentos negativos, incluindo desmotivação, desânimo, constrangimento, solidão, tristeza, medo e raiva. Algumas mulheres expressaram a falta de vontade de retornar aos locais onde a violência ocorreu, como o ambiente de trabalho, por exemplo, ainda que uma das participantes tenha mencionado não se abalar e demonstrou não se importar com o ataque que sofreu, pois estava "em paz com a religião". No entanto, a maioria dos participantes compartilhou que os ataques, independentemente de sua gravidade — leve, moderada ou severa —, resultaram em um impacto emocional significativo, afetando sua saúde mental e bem-estar geral (Gráfico 4). Esses sentimentos de insegurança e vulnerabilidade podem dificultar não apenas a integração social, mas a saúde psíquica e física.

Gráfico 4 – Saúde mental das mulheres muçumanas (2022)



Fonte: I Relatório de Islamofobia no Brasil, 2022

Casos de islamofobia no Brasil vão para além de publicações e comentários em redes sociais e chega ao mercado de trabalho. A Rede Globo, em uma matéria divulgada em 2015 no G1 Paraíba, relata casos de islamofobia contra mulheres no mercado de trabalho apresentando casos como o de Carolina Cabral, que já se encontra formada em enfermagem há cinco anos, e ainda assim nunca conseguiu um emprego na área. Ela alega nunca ter ido a entrevistas de emprego com roupas típicas: "Eu vou para as entrevistas de emprego sem o véu, mas quando eles veem a minha identidade, que é islâmica, logo é dada uma desculpa. É uma coisa mais sutil, porém percebemos que é porque somos muçumanas"². Soraya Villar em seu depoimento conta que trabalha em um canteiro de obras, mas não faz uso do véu no trabalho. Relata ainda experiências desconfortáveis em confraternização onde cantavam músicas árabes para ela ou nem a olhavam. A rede Agência Brasil³ também em 2015 publicou sobre casos de islamofobia no Rio de Janeiro. Alguns desses casos também estão no ambiente de trabalho como é o caso de Ana, que conta ser recorrente a pré-condição para contratação a retirada do véu: "As pessoas gostam do meu currículo, mas querem que eu tire o véu, mesmo eu afirmando que ele não atrapalha meu desempenho". Já Ana Claudia, considerando que o salário que recebe na empresa em que trabalha é a principal renda de sua família, aceitou mesmo a "contragosto" trabalhar sem o véu. Esses casos de intolerância religiosa contra as muçumanas continuam a existir mesmo após anos, como no caso divulgado pela justiça do trabalho TRT da 2ª Região (SP) em 2023⁴ onde uma auxiliar de limpeza é alvo de "piadas" discriminatórias por ser adepta da religião. Em seu depoimento ela declara receber xingamentos como "mulher bomba", "prostituta árabe", "escória da humanidade" e "lixo humano" nos corredores da empresa onde trabalhava.

Nesse viés é pertinente entendermos que a islamofobia existe e que ela afeta majoritariamente as mulheres, porque há dois tipos de discriminação agindo interseccionalmente: a islamofobia e o sexismo. Importante ressaltar que todos/as têm direito a exercer sua profissão, independente da sua religião, assim como

² <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2015/07/mulheres-muculmanas-lutam-contra-preconceito-no-mercado-de-trabalho.html>. Acessado em 16/07/2024

³ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-08/mulcumanos-estao-entre-principais-vitimas-de-intolerancia-religiosa>. Acessado em 23/07/2024

⁴ <https://ww2.trt2.jus.br/noticias/noticias/noticia/empregada-que-sofreu-ofensas-no-trabalho-por-ser-muculmana-deve-ser-indenizada>. Acessado em 21/08/2024

merecem trabalhar em condições dignas, porque problemas como os citados acima refletem diretamente nas suas relações sociais, de trabalho, e na saúde mental dessas mulheres muçulmanas que merecem respeito, mas que notavelmente vêm se queixando de agressões físicas, psicológicas e de outras naturezas.

A mulher muçulmana, por ser facilmente identificada como adepta da religião devido ao uso do véu, frequentemente se torna um alvo vulnerável de discriminações, ataques e assédios. Surge aqui um paradoxo: enquanto a sociedade ocidental promove o empoderamento feminino, defendendo que as mulheres tenham o direito de fazer suas próprias escolhas, ela simultaneamente trata com hostilidade aquelas que optam por usar o véu islâmico.

Essa crescente intolerância em relação aos/às muçulmanos/as e os ataques que eles/elas enfrentam em diversas esferas levantam questões inevitáveis sobre os impactos que a islamofobia pode ter na saúde mental dessas pessoas. O estigma e a discriminação não apenas minam o senso de segurança, mas também podem levar a sérias consequências psicológicas, afetando o bem-estar e a qualidade de vida das mulheres muçulmanas que escolhem expressar sua fé de maneira visível. Assim, a islamofobia pode ser considerada uma barreira entre a pessoa muçulmana e a sociedade. A intolerância contra o Islã está presente em território brasileiro tanto em espaços públicos como privados, porque há frequentemente um desconhecimento sobre a religião islâmica por grande parte da população brasileira, ausência de conhecimento que contribui negativamente e que dificulta a vida de uma pessoa que adere ao islã.

Os muçulmanos acabam sendo associados a esses atos violentos mesmo que não tenham qualquer responsabilidade sobre tais atos, e após serem atacados de diversas maneiras acabam pagando por algo que não fizeram apenas por pertencerem à religião e além de sofrerem esses ataques sofrem por desamparo e exclusão ressaltando a dificuldade em achar estudos sobre o tema. A antropóloga Francirosy Campos Barbosa é uma mulher muçulmana que dedica seus estudos a religião islâmica, e que foi de suma importância para entendermos melhor toda a intolerância que circula a religião islâmica. Em um de seus artigos, Francirosy em parceria com a doutora em psicologia Camila Motta Paiva tratam sobre o tema: As (micro) políticas que adoecem: mulheres muçulmanas brasileiras e o sofrimento sociopolítico (PAIVA e BARBOSA, 2024). Nele, abordam os efeitos do processo de reversão sobre a saúde mental da mulher, e é importante ressaltar que muitas das mulheres convertidas não vêm de família muçulmana e por este fato em algumas ocasiões não recebem apoio nem mesmo dos familiares, tendo que assim enfrentar todas essas adversidades sozinhas e sem apoio. E é disso que trata o artigo, onde as autoras nos fazem enxergar a partir da visão das mulheres islâmicas entrevistadas como essas situações de discriminação e intolerância religiosa as afetam psicologicamente. O artigo conta com 3 entrevistas em que todas se tratam de mulheres revertidas ao islã, nomeadas ficticiamente pelas autoras como Stéfani, Débora e Verônica. As entrevistas revelam a dimensão do sofrimento vivido por muçulmanas brasileiras e os efeitos que isso causa. Eis o relato de Stéfani:

"Teve uma época que eu cheguei a usar o hijab, mas na minha profissão não tem a menor condição. Eu fui transferida de setor por conta da discriminação. [...] Esse tipo de coisa toda. Há uma ignorância, uma incipiência latente aí, que parece que a gente não consegue esclarecer, por mais que tente. A pessoa faz questão de ser ignorante, ela não quer saber. É intolerância mesmo. Então lógico, quando eu vou pra mesquita, eu vou de hijab. Mas, no dia a dia eu não uso. É uma opção minha. [...] Com as revertidas é tudo mais: mais preconceito, mais dificuldades. Isso no casamento, na sociedade, com os próprios dirigentes islâmicos, no trabalho, dentro da própria casa. A gente vive em um limbo. E trabalha a nossa resiliência no limbo. Vendo de dentro e de fora, como a pessoa tá? No limbo, tentando lutar por um lugar ao sol. As muçulmanas revertidas vivem a islamofobia dentro da islamofobia. Como fica a saúde mental da mulher, tendo que lidar com todos esses aspectos? "É uma luta constante" (PAIVA e BARBOSA, 2024, p. 3)

A partir desse pensamento relatado por Stéfani se torna fundamental questionar o impacto que toda essa sobrecarga diária tem sobre a saúde mental das mulheres muçulmanas, especialmente aquelas que enfrentam preconceitos e estigmatização em função de sua fé e do uso do véu. As desigualdades sociais e culturais tornam esses indivíduos mais vulneráveis, podendo desencadear o desenvolvimento de condições psíquicas, como uma forma de resposta ao sofrimento cotidiano.

No artigo de Francirosy e Camila, por exemplo, é mencionada a história de Débora, uma mulher revertida ao Islã há quase uma década, que vem lidando com o tratamento de transtorno de ansiedade

generalizada e episódios depressivos nos últimos quatro anos. Sua experiência reforça o sentimento de desamparo e solidão vivenciado por muitas mulheres revertidas, um ponto também destacado por Stéfani.

"Se a gente parar para pensar, tem muita gente que desenvolve um transtorno mental por gatilhos, e esses gatilhos vêm de situações sociais: um roubo, um assalto, uma situação social. Muitas vezes é algo social que acontece e ali gira a chavinha. Eu já tinha [ansiedade e depressão], mas conseguia conviver com aquilo, mas a partir do momento que acontece algo e desencadeia uma crise, ali você vê que existem os fatores sociais." (PAIVA e BARBOSA, 2024, p. 5)

Um ambiente marcado pela violência pode obter impactos negativos, realidade é alarmante e levanta a necessidade de um olhar mais atento para a saúde mental dessas mulheres, que muitas vezes enfrentam desafios emocionais intensificados pelo preconceito e pela exclusão social. Além das pressões externas, como islamofobia e discriminação, muitas mulheres lidam também com questões internas relacionadas à aceitação de sua nova identidade religiosa, o que pode aumentar a sensação de isolamento e desamparo. Dessa forma, é essencial que haja mais suporte, tanto da comunidade islâmica quanto das instituições de saúde e da sociedade em geral, para que essas mulheres encontrem o acolhimento e os recursos necessários para lidar com esses desafios de maneira saudável.

Verônica, uma das entrevistadas, relata um episódio grave de agressão islamofóbica ocorrido em São Paulo. Em seu relato, ela descreve:

"[...] O Islã me trouxe muitas facilidades, mas também muitos problemas. Quando ocorreu o ataque ao Charlie Hebdo, se não fosse pela minha fé, eu teria deixado o Islã na hora. Levei uma pedrada. Se tivesse acertado minha cabeça, teria causado grandes danos, mas acertou minha perna. Eu estava a caminho de uma consulta no posto de saúde e, ao passar por uma construção, ouvi alguém gritar: 'sua muçulmana maldita'. Em seguida, jogaram a pedra em mim e fugiram." (PAIVA e BARBOSA, 2024, p. 6)

Ela também relata os impactos emocionais decorrentes dessa e outras situações de discriminação:

"O Islã, se não for seguido com o coração, faz com que todos ao redor adoeçam. Isso foi deteriorando minha mente até que fiquei fisicamente doente. Foi então que tive meu primeiro surto de pânico. Eu não conseguia sair de casa, não queria ir à mesquita, nem ver ninguém. Eu fiquei muito mal." (PAIVA e BARBOSA, 2024, p. 7)

Esse relato ilustra como a islamofobia pode provocar sérios danos psicológicos, afetando tanto a saúde mental quanto o bem-estar físico daqueles que sofrem esse tipo de violência, e ao entender os desafios que permeiam a vida cotidiana das mulheres muçulmanas, torna-se essencial abordar também sua saúde mental.

"Por diversas vezes, as interlocutoras apresentaram uma série de vicissitudes, contingências e hostilidades que permeiam seu contexto sociocultural, ressaltando a posição de desproteção que vivem ao serem subjugadas como mulheres que estão às margens. Por um lado, é certo que a violência, o desprestígio, o preconceito, a humilhação, a falta de reconhecimento social, entre tantos outros fatores, prejudicam a saúde mental das mulheres aqui mencionadas". (PAIVA e BARBOSA, 2024, p. 8)

CONCLUSÃO

Grande parte da população brasileira desconhece profundamente a religião islâmica, e essa falta de conhecimento é amplificada pela influência das grandes mídias, que frequentemente retratam o Islã de maneira negativa. Essa abordagem midiática contribui para o surgimento e a perpetuação de estereótipos prejudiciais

sobre os muçulmanos, afetando diretamente suas vidas cotidianas, suas relações de trabalho, sua saúde mental, entre outros fatores. As mulheres que usam o hijab, em particular, devido à fácil identificação como pertencentes à religião islâmica enfrentam constrangimentos significativos, pois são vistas pela sociedade ocidental como oprimidas, submissas e ainda relacionadas ao terrorismo.

O uso do véu pelas mulheres muçulmanas possui significados profundos e complexos, indo além da mera vestimenta. Ele serve como um símbolo de proteção e modéstia, estabelecendo uma barreira simbólica que assegura sua segurança e respeito no espaço público. Esse ato de cobrir-se pode ser interpretado como uma extensão do espaço privado e inviolável de suas casas, mesmo quando estão em circulação em ambientes públicos. Para muitas dessas mulheres, o véu também sinaliza sua adesão a valores religiosos e culturais, sendo uma escolha pessoal guiada por crenças compartilhadas dentro de sua comunidade.

Antropólogos/as apontam que a maneira como as pessoas se vestem é intrinsecamente ligada às normas sociais e morais de seus contextos culturais. Portanto, a decisão de usar o véu está enraizada em padrões que refletem a identidade e a moralidade coletiva, sendo moldada por valores religiosos e crenças éticas. No artigo "As mulheres muçulmanas precisam realmente de salvação?", Lila Abu-Lughod (2012) critica a abordagem ocidental que vê as mulheres muçulmanas como oprimidas e necessitadas de resgate, frequentemente associando essa visão ao colonialismo e ao imperialismo. Especialmente no contexto pós-11 de setembro, ela questiona o uso do feminismo para justificar intervenções militares e políticas no mundo islâmico, argumentando que a diversidade cultural e os contextos locais devem ser respeitados. Abu-Lughod defende uma abordagem antropológica que leve em consideração as complexidades das vidas dessas mulheres, sem impor uma visão externa de liberdade ou emancipação. Ela enfatiza que é necessário confrontar a ideia de que o véu simboliza, por si só, a opressão das mulheres, reforçando a importância do relativismo cultural, sugerindo que a diversidade de experiências femininas deve ser respeitada sem imposições externas, desafiando estereótipos simplistas sobre o Islã e o papel da mulher muçulmana.

Portanto, o véu deve ser analisado dentro de seu contexto cultural e religioso, respeitando o significado que ele possui para as mulheres que o utilizam, ao invés de ser tratado como um símbolo universal de opressão. Para combater a islamofobia no Brasil, é necessário abordar a questão por diversos ângulos, não bastando apenas conduzir pesquisas que contextualizem as violências sofridas. A judicialização da islamofobia terá resultados limitados caso não haja um trabalho de base focado em educação e divulgação correta sobre a religião islâmica, conscientizando a população e diminuindo a propagação dessas diversas informações e falas preconceituosas. Essas iniciativas, por sua vez, precisam ser apoiadas por uma pesquisa acadêmica robusta, que forneça dados suficientes para direcionar intervenções eficazes.

Mulheres muçulmanas no Brasil atuam em áreas como engenharia, direito, antropologia, matemática e neurociência, usando o hijab como parte de sua identidade. Essas profissionais ajudam a moldar uma visão moderna das seguidoras do Islã, equilibrando suas carreiras com suas crenças religiosas. O conhecimento, que impulsionou suas trajetórias, também fortalece sua fé, oferecendo a elas ferramentas para argumentar e viver de acordo com suas convicções religiosas. Dessa forma, elas desafiam estereótipos e ampliam a representação das mulheres muçulmanas no país.

Embora a violência possa não ser eliminada completamente, é possível preparar mais pessoas para enfrentá-la e aumentar a conscientização de que a islamofobia fundamenta crimes como o discurso de ódio e a violência física, simbólico e psíquica. Dar apoio às comunidades vulneráveis, especialmente aquelas em situação socioeconômica desfavorável, é fundamental. Estudos sobre a islamofobia no Brasil são urgentemente necessários para desconstruir as visões distorcidas sobre o Islã e promover uma sociedade mais justa e inclusiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABU-LUGHOD, Lila. As mulheres muçulmanas precisam realmente de salvação? Reflexões antropológicas sobre o relativismo cultural e seus outros. *Revista Estudos Feministas*, v.20, n.02, p. 451-470. 2012. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2012000200006>
- BARBOSA, Francirosy Campos et al. Primeiro relatório sobre Islamofobia no Brasil. São Bernardo do Campo: Ambigrama, 2022.
- BARBOSA, Francirosy Campos. Mulheres Muçulmanas, Islamofobia e Mídia: desconstruindo estigmas V.19. 2022
- CASTRO, Cristina Maria de; VILELA, Elaine Meire. Muçulmanos no Brasil: uma análise socioeconômica e demográfica a partir do censo 2010. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 39(1): 170-197, 2019.
- MACEDO, Isabella; BARBOSA, Francirosy Campos. Islamofobia de gênero e reflexos na saúde mental de mulheres muçulmanas. *Revista USP*, São Paulo, v. 1, n. 131, p. 153-161, 2021.
- MONTENEGRO, Silvia M. Discursos e contradiscursos: o olhar da mídia sobre o Islã no Brasil. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 8, 2002.
- MORI, Leticia. Islamofobia: o que oprime muçulmanas no Brasil não é o lenço, diz pesquisadora da USP. *BBC NEWS BRASIL*, 28/08/2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-58325595>
- PAIVA, Camila Motta; BARBOSA, Francirosy Campos. As (micro) políticas que adoecem: mulheres muçulmanas brasileiras e o sofrimento sociopolítico. *Psicologia-Universidade de SP-USP*, v. 35, 2024. Doi: <https://doi.org/10.1590/0103-6564e220154>
- PAIVA, Camila Motta; BARBOSA, Francirosy Campos. Decolonizando a sexualidade no islã: um diálogo com mulheres muçulmanas brasileiras. 2022
- QUEIROZ, Ana Virginia Borges. A ocidentalização da informação. Anais do XXVIII Congresso INTERCOM realizado na UERJ, 2005. Anais eletrônicos. Disponível em: <https://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/76308660473919431902629330546454002457.pdf>. acessado em 21/08/2024
- RAMOS, Felipe. Mulheres muçulmanas lutam contra o preconceito no mercado de trabalho, 11/07/2015. <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2015/07/mulheres-muculmanas-lutam-contr-preconceito-no-mercado-de-trabalho.html>. Acessado em 16/07/2024
- VILLELA, Flavia. Muçulmanos estão entre as principais vítimas de intolerância religiosa no Rio, 22/08/2015. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-08/mulcumanos-estao-entre-principais-vitimas-de-intolerancia-religiosa>. Acessado em 23/07/2024